



Direitos sociais de mulheres e meninas em situação de violência social: em tempos de Covid-19

Fernanda da Fonseca Pereira: Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) – Universidade Federal do Rio Grande (FURG); fernandadafonsecapereira@gmail.com

Cristina Fuentes Hamerski: Técnica em Assuntos Educacionais - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Acadêmica de Direito: Vitória das Neves Farias Tavares

Primeiros passos

O contexto de pandemia que o Brasil e o mundo vivem tem escancarado não apenas as desigualdades sociais como também situações de violências sofridas por meninas e mulheres cotidianamente. Impactadas e provocadas pelo

aumento de casos de violência de gênero contra mulheres e meninas, nesse período, destacado por agências de impacto mundial como a ONU Mulheres (PASSINATO, 2020), pelo agravamento dos índices de violência contra mulher no município de Rio Grande e contínuas situações

de violência atendidas durante o período de pandemia da Covid-19 pela Universidade Federal do Rio Grande, através do teleacolhimento social do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente CAIC-FURG, unidade da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande, surge no primeiro semestre de 2020, o projeto de extensão “Direitos Sociais de Mulheres e Meninas”.

Nesse sentido, a proposta do presente projeto é fomentar a garantia de direitos sociais no período de pandemia através da acolhida, da orientação social, especialmente de meninas e mulheres em situação de violência, atendidas pela Universidade Federal do Rio Grande, através da promoção de ações socioeducativas, da produção, publicização e divulgação de diferentes materiais sobre o tema, promovendo a popularização das legislações sociais voltadas para os direitos de mulheres e meninas e a articulação dessas ações à arte e à cultura.

Entendendo o projeto

O cenário de pandemia tem deflagrado uma realidade social fragilizada no aprofundamento das desigualdades e na reprodução e aumento da violência, especialmente, contra mulheres e meninas.

A partir dos dados da Delegacia da Mulher do município de Rio Grande, percebeu-se que, durante a pandemia, até o mês de abril de 2020, a violência aumentou 17,56% e até maio de 2020, foram registradas 666 situações de violência contra mulheres. No ano de 2020, foram mais de 24 mil casos de violência contra mulheres e meninas parte do grupo LGBTQI+ (BORGES, 2020). Em pesquisa realizada pelo DataSenado, em abril de 2020, a partir do Observatório da Mulher, percebeu-se que 78% das mulheres brasileiras que sofrem violência doméstica foram novamente agredidas pelos seus atuais ou pretéritos maridos, companheiros ou namorados. Como fatores influenciadores para tal situação

foram apontados a redução da renda e o aumento do uso de álcool, no período da pandemia.

O projeto surge em decorrência, especialmente, da necessidade de acolhimento dos casos de situações de violação de direitos de mulheres e meninas, no período de pandemia da Covid-19, atendidas pelo Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande, através do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente CAIC-FURG, unidade da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande.

Cabe destacar que a violência contra mulheres e meninas é uma expressão da questão social estruturada na sociedade capitalista, sendo aumentada no período de pandemia em função do acirramento das desigualdades. Em pesquisa realizada pelo Serviço Social do CAIC-FURG, contemplando a análise da violência contra meninas e mulheres de 101 famílias residentes na zona oeste do município de Rio Grande, explicitou-se que 76,24% dessas famílias eram chefiadas por mulheres; 66% sobreviviam com menos de um salário mínimo; 72,7% era vinculada ao trabalho informal, sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas; 66% nunca havia feito parte de qualquer canal de participação e deliberação na cidade e/ou na sua comunidade; 20,7% dessas eram as únicas cuidadoras responsáveis pelas pessoas com deficiência na sua família; 29,8% também eram as únicas responsáveis na sua família pelos cuidados com as pessoas dependentes químicas (PEREIRA, 2018).

No estudo ficou explícito também a fragilização na garantia de direitos sociais e civis expressos na baixa escolaridade, nas condições precárias de trabalho, na fragilidade de acesso à documentação pessoal. Constatou-se que nas famílias chefiadas por mulheres, 41,46% delas não possuíam Registro Geral (RG), 27,27% não possuíam Cadastro de Pessoa Física (CPF) e 22,08% não possuíam Certidão de Nascimento (PEREIRA, 2018). Assim, a não cidadania faz

parte de um contexto de violação que as coloca numa situação de invisibilidade no acesso a direitos básicos para a sua constituição como sujeitos de direitos.

A violência se expressa pela condição de desigualdade que impõe a essas meninas e mulheres. Percebe-se, portanto, que a violência é a via de opressão das mulheres, que se define por um conjunto articulado que molda situações de subordinação, dependência e discriminação nas suas relações com os homens, com o conjunto da sociedade e com o Estado. Para além de todas as situações citadas, das 101 famílias estudadas, 81,19% possuíam meninas e mulheres em situação de violência. Dentre as violências já sofridas pelas meninas e mulheres, 81,7% se referia à violência psicológica; 79% a situações de negligência; 74% violência física e 39% violência sexual (PEREIRA, 2018).

A realidade retratada a partir do estudo com 101 famílias residentes na zona oeste, ou seja, famílias residentes do entorno do Câmpus Carreiros da FURG, apresenta um cenário de violência social que perpassa o cotidiano da relação entre comunidade e Universidade, desafiando ações a serem implementadas no projeto em voga buscando reafirmar a extensão universitária e a sua relação multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade.

Frente ao contexto apresentado, o projeto se propõe:

- Realizar a publicização de direitos sociais a partir de ações socioeducativas no período de pandemia que envolvam a arte e a cultura, disseminando, de forma popular, principalmente, através das redes sociais do projeto e dos canais de comunicação da Universidade, informações sobre a legislação social, sobre os canais de acesso na Rede de Proteção Social para as comunidades em situação de violência social;

- Criar e fortalecer espaços de escuta sensível e acolhimento das diferentes demandas sociais das comunidades durante o distanciamento social impulsionado pela Covid-19, em situação de violência social, a partir do atendimento especializado da área do Serviço Social;

- Construir um diagnóstico social e cultural da violência social presente nas comunidades;

- Potencializar espaços de formação e de diálogos que visem a constituição de multiplicadores e multiplicadoras que atuem na garantia de direitos sociais.

O público-alvo da proposta de trabalho são mulheres e meninas em situação de violência social, atendidas pelo Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC-FURG). Além disso, as ações são destinadas para a comunidade acadêmica e para moradoras dos arredores da Universidade.

Caminhos trilhados até o momento

Desde o início da ação, em agosto de 2020, estão sendo realizadas reuniões semanais com o intuito de promover a formação social e cidadã dos integrantes do projeto. Buscamos discutir nesses encontros, sobre os direitos sociais de mulheres e meninas e as ações futuras a serem desenvolvidas no projeto, assim como o andamento da elaboração dos materiais.

Foram elaborados, a partir do segundo semestre de 2020, mais de 101 (cento e um) arquivos-materiais sobre as legislações sociais, tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Juventude, Estatuto da Igualdade Racial, Estatuto do Índio, Estatuto das Pessoas com Deficiência, Estatuto do Idoso e Lei Maria da Penha. Destaca-se, desse modo, que o projeto busca olhar e incluir todas as mulheres e meninas em suas particularidades. Entre esses materiais, foram produzidos cards, podcasts, cartazes, cartilhas,



Figura 1 – Capa da Cartilha
 Fonte: Vitória Tavares, 2021.

vídeos, materiais que buscam atrair a atenção do público. Pode ser observada na Figura 1 a capa da cartilha desenvolvida pelo projeto e, na Figura 2, está presente o card “Onde buscar ajuda?” utilizado para dar efetividade nos materiais que informam os direitos das meninas e mulheres.

Soma-se a isso, a criação das redes sociais do projeto em voga. A criação do Facebook e Instagram ocorreu com a motivação de publicizar os materiais produzidos durante o andamento do projeto, assim como a divulgar rodas de conversa e eventos relacionados com a temática da ação. Portanto, as redes sociais mostram-se importantes aliadas à divulgação da ação aqui trazida.

No primeiro ano de existência do presente projeto foi criado também o Teleacolhimento Social para as famílias no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – (CAIC/ FURG) e para meninas e mulheres do entorno da Universidade, a fim de ampliação dos canais de



Figura 2 – Card “Onde buscar ajuda?”
 Fonte: Vitória Tavares, 2021.

escuta e dos espaços de acolhimento social dessas na Universidade. Essa ação de escuta sensível realizada a partir do Teleacolhimento Social é de fundamental importância, pois a partir desse serviço é feita a orientação social e acolhimento de casos de situação de violência contra mulheres e meninas, e encaminhados para a Rede de Proteção e Defesa dos direitos das meninas e mulheres.

Outro ponto importante a ser destacado é a parceria do projeto “Direitos Sociais de Mulheres e Meninas” com o projeto “Cuidar” do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio Grande. Esse laço entre os projetos possibilitou que a orientação social das vítimas de violência fosse ampliada, fazendo com que as mesmas tivessem também o acompanhamento psicológico durante o ano de 2020.

O diagnóstico sociocultural, um dos objetivos do projeto, está sendo realizado a partir de entrevistas e fotos feitas nas saídas de campo. Nessa pesquisa busca-se colher informações, identificar, analisar e descrever sobre a trajetória das mulheres, pertencentes ao público-alvo do projeto, e os casos de violências que essas sofreram durante suas vidas. O diagnóstico sociocultural foi realizado, até o momento, em uma recicladora situada na Vila Maria dos Anjos, no município de Rio Grande/RS e também em uma comunidade indígena denominada Aldeia Y’Yrembé (Beira-mar), no qual pertencem a essa aldeia os indígenas Mbya-Guarani. A escuta sensível é a forma de receber essas informações colhidas através de desabaços. Através do resultado parcial da pesquisa, por meio dos relatos de violências sociais, identificou-se a precariedade do trabalho que muitas mulheres estão submetidas, situações de pobreza extremas e violências, os registros das saídas de campo tanto na recicladora quanto na comunidade indígena podem ser observados através das figuras ao lado:



Figura 3 – Artesanato produzido por mulheres indígenas
Fonte: Esteve Maris, 2020.



Figura 4 – Retrato da realidade
Fonte: Esteve Maris, 2020.

Na Figura 3 pode-se observar a forte relação da arte com a cultura, o artefato artístico desenvolvido pela comunidade indígena está relacionado com o meio cultural que esse povo vive cotidianamente. Para a comunidade guarani Y'Yrembé, o artesanato é a principal fonte de renda. Na Figura 4, por outro lado, temos a precariedade nas condições básicas de vida, a situação de pobreza é nítida aos arredores da recicladora situada na Vila Maria dos Anjos. Salientamos que essa forma de precariedade é uma das inúmeras violências sociais que mulheres e meninas sofrem diariamente.

Outro resultado importante quantitativamente é a parceria que o projeto “Direitos Sociais de Mulheres e Meninas” realizou com a rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul. Foram distribuídos para 55 (cinquenta e cinco) escolas estaduais materiais desenvolvidos pelo projeto, em prol da publicização e difusão dos direitos sociais de mulheres e meninas. Uma das demandas futuras do projeto é, além de disponibilizar os materiais às escolas, também fazer formações com professores (as), para que os mesmos (as) possam atuar na disseminação dos direitos sociais de mulheres e meninas nas escolas que lecionam.

Igualmente, tem-se como resultado a apresentação do projeto de extensão em eventos científicos como a 19ª Mostra de Produção Universitária Virtual (MPU) da Universidade Federal do Rio Grande, a 6ª Semana Integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão (SIIEPE) da Universidade Federal de Pelotas e o 38º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul da Universidade Estadual de Londrina. Todos os eventos ocorreram no ano de 2020, na modalidade virtual, e foram essenciais para disseminar o projeto para outras universidades. Acreditamos que é fundamental a divulgação do projeto em voga não só no meio acadêmico e científico da própria Universidade, mas também para outras instituições com o intuito de fazer com que cada vez mais professores (as) e estudantes possam pensar e refletir sobre a extensão e os direitos das

mulheres e meninas.

Rodas de conversa também foram realizadas pelo projeto, em lives pelo Facebook. As rodas trataram sobre temáticas essenciais como mulheres negras, mulheres indígenas e mulheres com deficiência. Nesse encontro, as mulheres participantes tiveram a oportunidade de compartilhar sobre as suas dificuldades, de explanar acerca das superações e dos desafios de serem protagonistas de suas próprias histórias dentro dos seus contextos socioculturais. No mês de dezembro de 2020, foi realizada também a apresentação dos resultados do projeto em live no Facebook como maneira democrática de compartilhar os resultados do projeto à população.

Em 2021, por sua vez, foi elaborado um Calendário de Lutas Sociais. O mesmo destaca datas importantes na luta dos direitos sociais de mulheres e meninas e é utilizado como norteador das postagens nas redes sociais do projeto. As seguintes ações já foram realizadas no decorrer do presente ano, com referência ao Calendário de Lutas Sociais: no mês de março, as publicações nas redes sociais do projeto, foram voltadas para a seleção de materiais já produzidos no ano passado, alusivos ao Dia Internacional da Mulher. No mês de abril, por sua vez, as publicações foram referentes ao Abril Indígena, com publicações de materiais que davam destaque aos direitos das mulheres e meninas indígenas. Aliado a isso, foram selecionados e publicados também textos poéticos de escritoras, principalmente do movimento literário marginal periférico, que poetizaram, problematizaram a sua própria existência, situações de violência sofrida, bem como foi realizada a publicação de músicas que problematizam e desconstroem falas, discursos e práticas machistas. No mês de maio, está em andamento a ação referente ao combate ao Abuso e à Exploração Sexual infanto-juvenil.

Ainda no presente ano, foram selecionados materiais para serem disponibilizados para a Unidade Básica de Saúde do Centro de Atenção Integral

à Criança e ao Adolescente (CAIC-FURG). A ideia é que as meninas e mulheres atendidas na UBS possam levar impressos folhetos contendo informações acerca dos seus principais direitos sociais e os contatos e os locais de onde buscar ajuda, caso estejam em situação de violência.

Caminhos a serem trilhados

Como se pode perceber, o projeto “Direitos Sociais de Meninas e Mulheres” obteve diversos resultados em seu primeiro ano de existência. Mesmo diante do cenário de pandemia da Covid-19 e de todos os desafios impostos pelo contexto atual, acreditamos que ainda há um longo e vasto caminho a ser percorrido. Na tentativa de estreitarmos a relação entre a arte e os direitos sociais de mulheres e meninas, está prevista a criação de lambes, com frases que conscientizem e chamem a atenção para ao combate à violência contra meninas e mulheres. Os mesmos serão colados e anexados nos estabelecimentos comerciais dos bairros aos arredores da Universidade. Almejamos ainda criar áudio-cards com escritos poéticos de mulheres do movimento marginal.

Pretendemos intensificar as ações dentro do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC-FURG), neste lugar que, ao longo dos anos, tem se configurado como um dos maiores centros de extensão universitária, por ter permitido e viabilizado a interação

transformadora entre a Universidade e as comunidades que circundam o câmpus universitário, através de ações, nas áreas da educação e da saúde. Para tanto, pensa-se em ofertar encontros formativos para os (as) professores (as), bem como oficinas para os (as) estudantes das diferentes etapas de ensino, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cidade do Rio Grande, visando uma educação em prol dos direitos das meninas e mulheres, assim como, uma educação livre, feminista e antirracista.

A ideia também, para o presente ano, é ampliar cada vez mais o campo de atuação do projeto. Almeja-se, nesse sentido, estabelecer parceria com as escolas municipais do entorno da Universidade, a fim de que os direitos sociais de mulheres e meninas sejam amplamente divulgados nas escolas dos arredores do câmpus.

Por fim, destacamos que para além da importância das ações propostas para o público-alvo do projeto, a proposta tem sido igualmente essencial para a formação humana e social dos integrantes que fazem e que fizeram parte de sua constituição. Fazer parte da democratização do conhecimento “legal” acerca dos direitos sociais, especialmente de mulheres e meninas, em tempos tão desafiantes, como os da pandemia da Covid-19, tem sido um ato revolucionário e transformador para todas (os) nós. ◀

Referências

Panorama da violência contra as mulheres no Brasil [recurso eletrônico]: indicadores nacionais e estaduais. Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência, 2020. Disponível em: <<http://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=senado%2FPainel%20OMV%20-%20Viol%C3%Aancia%20contra%20Mulheres.qvw&host=QV5%40www9&anonymous=true>>. Acesso em: 03/10/2020.

PASSINATO, Wania. **Diretrizes para atendimento em caso de violência de gênero contra meninas e mulheres em tempos de pandemia da covid-19. ONU Mulheres**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Diretrizes-para-atendimento_ONUMULHERES.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

PEREIRA, Fernanda da F. **A reincidência da violência contra Mulheres e Meninas da Zona Oeste do Município do Rio Grande**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, 2018;